

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Bernardo Gomes/Prefeitura de Maricá



Quaquá está em seu terceiro mandato como prefeito

Quaquá: tarifa zero é plenamente possível

Foi o município de Maricá, no Rio de Janeiro, o primeiro do país a tornar gratuito o transporte público. Isso aconteceu na primeira gestão de Washington Quaquá (PT) no município. Hoje, a tarifa zero está em 116 municípios. Novamente prefeito da cidade, Quaquá aplaude a decisão do governo Luiz Inácio Lula da Silva de implantar um programa para estabelecer gra-

tuidade para o transporte público urbano em todo o país. Não somente aplaude como vem ajudando na implementação. “Isso é plenamente possível de ser feito”, assegura Quaquá. “Implementar é mais vontade política do que dinheiro”, completa. Segundo Quaquá, o custo total de um programa federal de transporte público gratuito giraria em torno de R\$ 80 bilhões.

Royalties

Quaquá é sempre confrontado com o argumento de que Maricá só tem transporte gratuito porque recebe alta quantia de royalties de petróleo. Ele rebate. “Implemtei a tarifa zero quando o município ainda não tinha essa receita do petróleo”.

Percentual

Segundo o prefeito de Maricá, o custo com o transporte público corresponde a somente 5% do orçamento do município. Quaquá lembra: se o governo encampa o custo do transporte, há outros custos e subsídios que existem hoje que deixarão de ser contados.

Anselmo Mourão/Prefeitura de Maricá



Ônibus de Maricá circulam sem trocador e catraca

Prefeito criou a Frente Parlamentar pela Tarifa Zero

“Com a tarifa zero, corta-se todo o custo que se tem com trocadores, catracas e fiscalização”, defende Quaquá. “E também outros subsídios que hoje existem com relação ao transporte público”, completa. Entram aí, por exemplo, os vales-transportes pagos por empresas. O prefeito de Maricá lembra que hoje há uma parte grande dos

passageiros que também tem subsídio no transporte: estudantes, idosos, por exemplo. “Sempre me pareceu uma coisa possível para qualquer município. E até para o transporte mais curto entre municípios”, considera. “Agora, se tornando um programa federal, aí nem há o que se discutir nesse sentido”.

Assessoria

Quando ainda era deputado federal, Quaquá criou a Frente Parlamentar pela Tarifa Zero, que agora está sendo presidida pelo deputado Jilmar Tatto (PT-SP). Com a experiência de Maricá, ele vem assessorando o projeto que o governo está desenvolvendo.

Piloto

A ideia, segundo Quaquá, é que, até o final deste governo, a tarifa zero federal comece a ser implementada em alguns municípios, como experiência piloto. Para, a partir daí, se ampliar paulatinamente para todas as cidades do país, caso haja um novo governo.

Estudos

Neste momento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que iniciasse estudos sobre a viabilidade de criar um programa federal que, então, repassaria os recursos de transporte para os municípios, viabilizando a gratuidade.

Bandeira

Quando se implantou o Sistema Único de Saúde, também houve quem duvidasse. O mesmo com o Bolsa-Família. Há uma aposta de que essa é a área social que o governo ainda não tocou. A aposta, assim, é transformar a tarifa zero em bandeira de campanha em 2026.

STF começa a julgar “núcleo da desinformação”

Moraes negou pedido de Bolsonaro para revogar prisão

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Moraes alegou risco de fuga para manter prisão domiciliar de Bolsonaro

Por Gabriela Gallo

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) dá continuidade aos julgamentos dos réus envolvidos no plano de tentativa de golpe de Estado. Nesta terça-feira (14), os cinco ministros que compõem a turma (Flávio Dino, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux) iniciarão o julgamento dos sete réus que compõem o núcleo quatro da trama golpista. Segundo denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), os envolvidos no núcleo quatro eram responsáveis por espalhar notícias falsas e desinformações acerca do processo eleitoral e das urnas eletrônicas para proferir ataques a instituições e autoridades.

Este é o segundo grupo da trama golpista a ser julgado pelo Supremo. As sessões estão agendadas para esta terça e quarta-feiras (15) e para terça e quarta-feiras da próxima semana (respectivamente, 21 e 22). Nas terças-feiras, serão duas sessões por dia, uma das 9h às 12h e outra das 14h às 19h, e nas quartas-feiras estão previstas apenas sessões no período da manhã. Após o julgamento do núcleo quatro, o próximo julgamento será voltado para os dez réus do núcleo três (o militar) na semana de 11 de novembro a 19 de novembro. O julgamento dos seis réus do núcleo dois (principais assessores) está agendado para os dias 9, 10, 16 e 17 de dezembro.

Os réus do núcleo quatro que serão julgados são: o ex-major do Exército Ailton Moraes Barros; o major da reserva do Exército Ângelo Denicoli; o presidente do Instituto Voto Legal, Carlos Cesar Moretzsohn Rocha; o subtenente do Exército Giancarlo Rodrigues; o tenente-coronel do Exército Guilherme Almeida; o coronel do Exército Reginaldo Abreu; e o agente da Polícia Federal (PF) Marcelo Bormevet.

Bolsonaro

Além disso, nesta segunda-feira (13) o ministro do Supremo Alexandre de Moraes negou o pedido da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para revogar a prisão domiciliar e demais medidas cautelares contra o ex-chefe de Estado. Os advogados de defesa de Bolsonaro argumentaram que a PGR já apresentou denúncia no inquérito sobre obstrução de Justiça – no processo que envolve as articulações do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) nos Estados Unidos para aplicar sanções contra o Brasil – e não acusou o ex-presidente nesse inquérito, motivo pelo qual não haveria “fundamento mínimo necessário” para manter as medidas cautelares determinadas nesse processo.

Moraes desconsiderou o pedido da defesa, citando o “fundado receio de fuga”, tal como o “reiterado descumprimento das [medidas] cautelares” para manter Bolsonaro

preso em casa, medida que visa “a garantia da ordem pública e a necessidade de assegurar a integral aplicação da lei penal”.

Bolsonaro está preso preventivamente em sua residência, em um condomínio no Jardim Botânico em Brasília (DF), desde o dia 4 de agosto por descumprimento de medidas cautelares impostas por Alexandre de Moraes – ministro-relator dos processos judiciais contra o ex-presidente no STF. A prisão domiciliar visa impedir uma eventual fuga de Bolsonaro. No carnaval do ano passado, Bolsonaro chegou a se hospedar em um fim de semana na Embaixada da Hungria.

Contudo, apesar de manter a prisão domiciliar de Jair Bolsonaro, Moraes autorizou, também nesta segunda-feira, que o ex-presidente receba atendimento médico domiciliar, especialmente em decorrência de seus problemas de saúde. O pedido também foi

solicitado pela defesa do ex-chefe do Executivo.

“O ingresso da profissional se faz necessário em razão do agravamento de episódios persistentes de soluço, motivo pelo qual pugna-se pela célere apreciação do presente pleito”, argumentaram os advogados de defesa do ex-presidente.

Em setembro, Bolsonaro teve que ser hospitalizado após ter crises de soluço recorrentes, vômito e pressão baixa. Os médicos identificaram lesões compatíveis com câncer de pele.

Na decisão de Moraes, a partir de agora, a médica Marina Grazziotin Pasolini poderá realizar o atendimento ao ex-presidente, sem necessidade de autorização prévia do STF. O nome da médica foi indicação da própria defesa do STF. O magistrado ainda afirmou que Bolsonaro está autorizado a ser encaminhado para atendimento de urgência no hospital, se necessário, devendo enviar a comprovação de atendimento no prazo de 24 horas.

Reforma administrativa avança em meio a tensões

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Por Sabrina Fonseca

A reforma administrativa voltou ao centro das discussões no Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados irá promover uma audiência pública nesta terça-feira (14) sobre o tema.

Após anos de impasse, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) para discutir sobre o tema. Coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), o grupo apresentou no início de outubro o novo texto-base que deverá embasar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Reforma Administrativa, além de um Projeto de Lei Complementar (PLP) e um Projeto de Lei ordinária (PL).

O pacote reúne cerca de 70 medidas que prometem modernizar a máquina pública, aumentar a eficiência do Estado e reduzir privilégios no funcionalismo, como por exemplo, o fim dos “supersalários”, os pagamentos acima do teto constitucional do funcionalismo, hoje em R\$ 46,3 mil mensais.

O governo aposta na proposta como uma forma de abrir espaço fiscal e melhorar a qualidade dos serviços públicos, especialmente diante das restrições orçamentárias e do envelhecimento da força de trabalho.



Pedro Paulo é o relator da reforma administrativa

Entre os principais pontos, estão a criação de regras nacionais para concursos públicos, a avaliação periódica de desempenho de servidores, o controle de supersalários e a disciplina para contratações temporárias.

Apesar das promessas, a proposta enfrenta forte resistência de servidores e sindicatos, que vêem risco de precarização das carreiras públicas. As críticas se concentram especialmente na ampliação dos vínculos temporários e nas novas formas

de avaliação de desempenho, consideradas por parte das categorias como instrumentos de pressão política.

O governo, por sua vez, tenta costurar um acordo com o Centrão e a oposição moderada para garantir que o texto seja votado ainda neste ano. Caso aprovado, o pacote seguirá para o Senado no início do próximo ano.

Enquanto isso, o debate sobre o papel do Estado, a valorização dos servidores e o

combate a privilégios promete dominar a agenda política nas próximas semanas.

Estados e Municípios

As normas previstas pela Reforma Administrativa não alcançam apenas a administração federal, mas também estados e municípios brasileiros. Para o professor de Direito Econômico do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais de Brasília João Gabriel Araújo, a medida pode agravar a crise fiscal de estados e municípios ao restringir contratações e investimentos por falta de espaço orçamentário.

“Esses que enfrentam crise fiscal – estados e municípios –, vão ficar mais comprometidos ainda porque as contratações vão ficar ligadas, vinculadas diretamente, à lei de direitos orçamentários. Então, se você não tem espaço fiscal, a capacidade de contratação vai ficar com certeza comprometida, o que é um efeito ruim para esses estados e municípios que estão em crise fiscal e não tem espaço fiscal para abertura de investimento, entre outras coisas. Então, vai comprometer principalmente a parte de folha de pagamento, que é despesa discricionária, despesa primária”, disse.